

Resenha de “A Arqueologia do Saber: um roteiro de leitura”

Daniel Loureiro GOMES*
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Marília Fernanda Pereira LEITE**
Universidade Federal do Pará (UFPA)

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Traduzida por Luiz Felipe Baeta .Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

Publicada em 1969, a obra célebre de Michel Foucault, intitulada originalmente como “L’archéologie du savoir”, a princípio seria apenas a introdução de “As Palavras e as Coisas” (1966), mas ganhou vida própria e se transformou numa das obras mais lidas do autor. Traduzida por Luiz Felipe Baeta, com revisão de Lígia Vassalo, a primeira versão em Português foi publicada em 1972 pela Editora Vozes e lançada simultaneamente no Brasil e em Portugal. Posteriormente, também foi reeditada pelas editoras Almedina, Edições 70 e a Forense Universitária, cuja 8ª edição é atualmente vendida no mercado editorial brasileiro.

O livro apresenta um acurado método de investigação nas ciências humanas, denominado pelo autor de *arqueologia* ou *método arqueológico*. Michel Foucault propôs transformar os documentos analisados pelos historiadores em monumentos, a fim que de que se pudesse compreender a verticalidade histórica dos acontecimentos, considerando um conjunto sistemático e integrado de elementos inscritos nos discursos da sociedade. Nesta perspectiva, os discursos passam a ser constituídos por suas condições de possibilidades históricas e todos os saberes, mesmo as sacralizadas verdades da ciência, não podem mais ser analisados a partir da superfície de suas emergências.

Na primeira parte do livro, denominada de “Introdução”, a obra apresenta uma série de rupturas teóricas e epistemológicas, com conceitos responsáveis por provocar

* Doutorando em Letras - Estudos Linguísticos, com ênfase em Análise do Discurso, pela Universidade Federal do Pará e pesquisa o corpo como construção discursivo-midiática. É professor de Língua Portuguesa da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-Pa) e do Centro Universitário FIBRA.

** Professora Assistente no Instituto de Ciências da Educação - ICED da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA .Doutoranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal do Pará - UFPA e Mestra em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Integra o Grupo de Estudo Mediações, Discurso e Sociedades Amazônicas (GEDAI/UFPA).

uma revolução na racionalidade das pesquisas em ciências humanas. Com uma metodologia inovadora, a arqueologia propõe relacionar elementos comuns em diferentes fenômenos, a partir da ruptura com a noção de temporalidade linear preconizada até então pelos historiadores ocidentais. Dessa forma, passa a ser possível analisar acontecimentos díspares cronologicamente, mas que guardem algum traço de relação e os critérios de periodização histórica começaram a ser questionados. A ruptura com a linearidade permitiu enxergar as discontinuidades dos discursos, com suas recorrências e dispersões. Então a história “pura” começou a dar lugar à história do pensamento.

A segunda parte, intitulada “As Regularidades Discursivas”, focaliza as unidades que constituem os discursos, seus processos e estratégias de formação. Nela são delimitados os conceitos fundamentais para a investigação arqueológica: *unidades do discurso, formações discursivas, formações dos objetos, formação das modalidades enunciativas, formação de conceitos* e a *formação de estratégias*. No tópico “As Unidades do Discurso”, aparecem os conceitos preliminares que são a base para a construção do conhecimento do método arqueológico. O primeiro deles é de *descontinuidade*, com o qual Foucault pensa na necessidade de desconstruir a leitura contínua da história, de conceitos rigorosamente fixados, como os de *tradição, influência, mentalidade, espírito*. A partir do conceito de *unidade*, o autor indica que analogias formais e semânticas permitem que categorias não contemporâneas possam ser aproximadas, por meio de uma operação interpretativa, partindo daquilo que elas escondem e manifestam. Com essa análise de diferentes unidades, é possível assinalar a irrupção de seu acontecimento, não necessariamente a origem secreta delas, daí o conceito de *acontecimento discursivo*, no qual se estabelecem complexas relações discursivas, mesmo que em diferentes temporalidades.

No segundo tópico, quatro hipóteses são possíveis para demonstrar os laços que validam as relações entre enunciados espaço-temporalmente distintos:

1) “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto, quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2005 p. 39). Isso permite a compreensão de que esse objeto (acontecimento, ideia) pode assumir diferentes formas e estar presente em diferentes momentos da história. Mesmo enunciados a partir de condições de possibilidades históricas diferentes, eles são capazes de guardar semelhanças e algum tipo de regularidades.

2) A segunda hipótese indicada pelo autor é a de que esses objetos, ao serem enunciados, guardam singularidades em sua manifestação, uma individualidade caracterizada pela relação que mantém em uma dispersão heterogênea de outros enunciados, o que supõe a ideia de que cada enunciado é uma modalidade do dizer.

3) Sua terceira hipótese revela que se fosse buscada uma *unidade discursiva*, em sua emergência simultânea ou sucessiva, seria possível encontrar as compatibilidades entre os enunciados, dessa forma, permitindo a construção de conceitos acerca dos objetos enunciados em diferentes modalidades.

4) Por fim, a última hipótese tem a ver com a busca permanente de temas, imagens e opiniões através do tempo que enunciem o objeto, pelo traçado da dialética entre os conflitos dos diferentes enunciados, para então individualizá-los. Tem-se as estratégias de compreensão de conceitos dos objetos a partir de modalidades de enunciados.

O terceiro tópico desta segunda parte, “A Formação dos Objetos” apresenta o surgimento dos objetos em diferentes épocas e lugares, indica seus pertencimentos a uma determinada ordem discursiva e mostra que existem condições de possibilidades históricas para seu aparecimento. Dessa forma, “não se pode falar de qualquer coisa e que qualquer época” (FOUCAULT, 2005, p. 54), pois os enunciados demonstram que as relações que constituem os objetos são estabelecidas pelo tangenciamento de diferentes sistemas, como as instituições, processos econômicos, formas de comportamentos, técnicas, etc. Esta complexidade demonstra a dificuldade de definir um objeto, uma vez que isso depende de uma conjuntura social e histórica, a partir da qual não se busca um solo originário dos objetos discursivos, “mas que se desenvolva o nexos das regularidades que regem sua dispersão” (FOUCAULT, 2005, p. 58). Tais relações não são internas ao discurso, elas estão no limite dele e oferecem os objetos de que se pode falar, o que demonstra o estatuto social da formação dos objetos.

No quarto tópico, o autor delinea “A Formação das Modalidades Enunciativas”, questionando que encadeamentos existem entre as diferentes formas de enunciados e a constituição social dos sujeitos que enunciam. Para pensar a formação dessas modalidades, é preciso compreender três diferentes instâncias de sua construção: quem enuncia, de que lugar enuncia e que posição ocupado nesse lugar que enuncia. Esse conjunto de instâncias caracteriza as modalidades enunciativas, dispersas em diversos

status, lugares, posições exercidas no discurso. Assim, é no discurso que se pode determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo.

O quinto ponto do capítulo apresenta “A Formação de Conceitos”, as condições e procedimentos de elaboração deles. A construção de um conceito não é uma arquitetura dedutiva, não se baseia num jogo dicotômico entre hipótese e verificação, asserção e crítica, lei geral e aplicação. Nesse momento, o autor propõe que um conceito é construído a partir de suas formas de sucessão e coexistência, o que permite relacionar os diferentes conceitos em diferentes tempos e lugares, enxergá-los como conjunto plural por meio do qual se pode alcançar uma singularidade, por procedimentos de intervenção, de procedimentos específicos que autorizem a formação de um conceito dentro de um feixe de relações.

O penúltimo tópico desta segunda parte explana sobre “A Formação das Estratégias” como um conjunto de conceitos, de agrupamentos de objetos e tipos de enunciação que determinam estabilidade a temas ou teorias. Ou seja, Foucault dá um indicativo de direções para a construção teórica, de quais caminhos devem ser percorridos para a constituição do método arqueológico. Em relação ao agrupamento desses objetos e enunciados, é necessário determinar os pontos de difração, suas diferenças, divergências, com o intuito de considerar as dispersões instauradas nas diferentes condições históricas dos enunciados. Por outro lado, também é preciso determinar em quais pontos há compatibilidade, convergências, para que seja possível clarificar os pontos semelhantes dentro da pluralidade de conceitos e enunciados encontrados. Por fim, serão estabelecidas as posições possíveis dentro dessas divergências e convergências, para assim constituir um tema ou teoria, partindo desse conjunto, dessa totalidade.

Nesse sentido, esta parte indica os conceitos básicos, que devem ser constituídos com base em uma análise das pluralidades históricas do pensar, do dizer, dos sujeitos, das histórias e dos lugares. São os primeiros passos teórico-metodológicos que esquadriham a possibilidade de um novo modo de pensar a ciência e o desenvolvimento de pesquisas em ciências humanas, desconstruindo e reelaborando um conjunto de temas e teorias inertes pela historiografia tradicional.

Na parte III da obra, intitulada “O Enunciado e o Arquivo”, estão delimitadas mais duas categorias fundamentais para o método arqueológico. Dividida em cinco tópicos, logo no primeiro começa a construção de um conceito para *enunciado*. O autor procurou diferenciá-lo de outras categorias clássicas da área Linguística, como *frase*,

proposição, atos de fala e mostrou que ele não era de natureza estrutural, mas sim funcional já que o enunciado faz sentido em um tempo e um espaço determinados. Sendo assim, enunciados podem ser sons, imagem, uma árvore genealógica, um livro de matemática. Ele é, em si, um acontecimento singular, que irrompe como enunciado.

No segundo tópico, “A Função Enunciativa”, Foucault dá os indicativos que delineiam essa função enunciativa como uma relação com um todo adjacente, ou seja, outros enunciados com os quais ele constitui relações de sentidos. Tais enunciados não pertencem a um sujeito ou obra específicos, mas são indicativos de posições que os sujeitos ocupam. Além disso, esses enunciados pertencem a um campo associativo, dentro do qual diferentes formulações estão presentes, sejam de repetição, modificação, adaptação, dentre outros. Dessa forma, o enunciado precisa de uma materialidade em que seja possível observar essas formulações, uma existência material, um suporte.

Em “A Descrição dos Enunciados”, no terceiro tópico, o autor orienta sobre como devem ser descritos os enunciados e como analisar as formações discursivas. Novamente, ao diferir “enunciado” de outras categorias tradicionais da gramática, Foucault o trata como uma “modalidade de existência própria”, que estabelece relação com um domínio de objeto, dotado de uma materialidade repetível, realizado sob determinadas condições históricas, constituído de regularidades e dispersões. A esse todo, a esse “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2005, p. 131), ele denomina *discurso*.

A análise dos enunciados deve observá-los como acontecimentos presentes em diferentes materialidades, para identificar quais formações discursivas eles compõem, e em quais práticas discursivas eles se inserem. Segundo o autor, essa prática é um conjunto de regras, anônimas e históricas, sempre determinadas pelo espaço e pelo tempo, e que definem as condições para o exercício da função enunciativa. Dessa forma, prática discursiva não significa apenas uma operação de expressão daquilo que o indivíduo formula, mas as condições que atravessam a emergência desses enunciados.

No tópico quatro, “Raridade, Exterioridade, Acúmulo”, são demonstrados traços para os quais o analista deve atentar em sua descrição arqueológica. No caso da *raridade*, é preciso pensar que nem tudo é sempre dito em qualquer momento, pois os enunciados devem ser vistos como acontecimentos singulares, a partir do qual outros não foram ditos. Já a *exterioridade* é o olhar local em que se irrompe esse acontecimento, as condições históricas que permitiram o aparecimento de certos enunciados e não de outros que foram silenciados. Por fim, o *acúmulo* diz respeito ao

fenômeno da recorrência de enunciados, que deve considerá-los junto aos seus antecedentes, dentre os quais se situa e é capaz de reorganizar e redistribuir segundo novas relações.

No quinto e último tópico desta terceira parte, “O A Priori Histórico e o Arquivo”, Foucault define a necessidade de compreender as condições de emergência dos enunciados, pois o discurso não tem apenas um sentido ou apenas uma verdade, mas sim uma história, que é específica e não se reduz às leis de um devir estranho. Por arquivo, ele não entende uma soma de todos os textos guardados sobre algo, numa espécie de testemunho histórico de uma identidade do passado, mas sim como as regularidades dos enunciados, as formações discursivas que foram produzidas na história sobre determinado tema, de forma contínua, interminável, uma vez que nem os enunciados, nem a história terminam.

Nesta terceira parte do livro, o autor se preocupa em assinalar as condições que permitem o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros. Ele procura mostrar como as condições de possibilidades históricas permitem que em um determinado momento histórico, alguns enunciados devem ganhar visibilidade e em outros precisam ser interditados.

A parte IV, intitulada “A Descrição arqueológica”, divide-se em seis tópicos busca refletir sobre a aplicação e utilidade do método que o autor denominou de *arqueologia e apresenta* uma definição sobre *A descrição arqueológica*.

No primeiro tópico, “Arqueologia e Histórias das ideias”, Michel Foucault apresenta a diferença entre a arqueologia e a história das ideias. Para o autor, sua proposta arqueológica pretende abandonar a história das ideias, pois refuta seus postulados e seus procedimentos. Ele deseja fazer uma história diferente daquilo que já foi feito. As histórias das ideias e a descrição arqueológica possuem quatro principais diferenças: 1. a arqueologia define os discursos como práticas que obedecem a regras; 2. a arqueologia não busca a ligação entre o que precede, envolve ou segue o discurso; 3. a arqueologia não busca compreender o momento em que um discurso se destacou do horizonte anônimo; 4. a arqueologia é a descrição sistemática de um discurso objeto.

No segundo tópico, “O Original e o Regular”, há uma discussão sobre a problemática que envolve a história das ideias, ao conceber o campo dos discursos como um *domínio de dois valores*: antigo/novo, inédito/repetido, tradicional/original. Foucault problematiza, dentro dessa perspectiva, o que seria a identidade na ordem do discurso, e argumenta que “exaustiva, a identidade não é um critério; ainda mais quando

é parcial, quando as palavras não são usadas cada vez no mesmo sentido” (FOUCAULT, 2005, p.162).

A arqueologia não procura o novo, inédito ou original, a arqueologia é insensível ao momento dos primeiros enunciados de uma verdade. O autor aponta ainda duas possibilidades de análise das regularidades enunciativas com base no método arqueológico: a construção de um inventário das relações de interdependências resultado do entrecruzamento das homogeneidades e heterogeneidades enunciativas e a constituição da árvore de derivação de um discurso.

No terceiro tópico, o autor se interessa pelo significado das *contradições* para o método arqueológico. Segundo o autor, são “objetos a ser descritos por si mesmos, sem que se procure saber de que ponto de vista se podem dissipar ou em que nível se radicalizam e se transformam de efeitos em causas” (FOUCAULT, 2005, p.171). Para o método arqueológico, as contradições são objetos que devem ser descritos com o intuito de determinar a medida e a forma de sua variação, visto que “a análise arqueológica revela o primado de uma contradição que tem seu modelo na afirmação e na negação simultânea de uma única e mesma proposição” (FOUCAULT, 2005, p.176).

No quarto tópico, “Os Fatos Comparativos”, Foucault enfatiza que a comparação no método arqueológico não busca unificar, mas multiplicar e conceitua a arqueologia como “uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes” (FOUCAULT, 2005, p.180).

No quinto tópico, “A mudança e as transformações”, há uma diferenciação entre a mudança empreendida pela história linear e cronológica, comprometida com o desenrolar histórico e as transformações por que passam as formações discursivas analisadas pelo método arqueológico, delineadas pela descontinuidade. Nesta perspectiva, os enunciados sempre são constituídos por formações discursivas, mas eles não se transformam com a frequência de sua repetição. Há conceitos que podem se manter por mais de 100 anos, como aconteceu com a história natural, cujas regras de formação forma incontestáveis por mais de um século, até a ruptura proposta por Darwin e pela biologia.

Foucault concebe o discurso como uma “prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão” (FOUCAULT, 2005, p.191), desta forma, o discurso não é entendido como uma consciência externada pela linguagem e tampouco o discurso trata-se de uma língua falada por sujeitos e controlada pela história contínua.

No sexto tópico, “Ciência e saber”, Foucault explica como a arqueologia atravessa o eixo prática discursiva-saber-ciência. Para o autor, um saber é aquilo de que podemos falar dentro de uma prática discursiva, pois, há saberes que não dependem das ciências, “mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2005, p. 205). A arqueologia busca, portanto, descrever o domínio do saber para além da ciência em sua estrutura específica.

Considerada um tratado metodológico e historiográfico, na obra “A Arqueologia do Saber”, Michel Foucault nos explica de forma sistemática o seu método arqueológico. Segundo o autor, o livro também busca explicar o sentido da palavra arqueologia, na busca de afastar o seu significado da ideia de algo do passado, petrificado ou de outro tempo. Ele enfatiza que o papel do método analítico da arqueologia é analisar o arquivo, ou seja, analisar “o domínio das coisas ditas”.